

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONCEITO e CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>27</b>
<b>2</b>	<b>AUTONOMIA</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>FONTES DO DIREITO ELEITORAL</b>	<b>31</b>
1.	Constituição Federal	31
2.	Tratados internacionais	32
3.	Lei das Inelegibilidades	33
4.	Lei das Eleições	33
5.	Lei dos Partidos Políticos	34
6.	Código Eleitoral	34
7.	Lei de Transporte e Alimentação	35
8.	Resolução	35
<b>4</b>	<b>INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL</b>	<b>45</b>
1.	Princípio democrático	46
2.	Princípio da soberania popular	46
3.	Princípio da representatividade	47
4.	Princípio republicano	47
5.	Princípio da celeridade	48
6.	Princípio da preclusão	48
7.	Princípio da isonomia	48

8.	Princípio da verdade eleitoral .....	49
9.	Princípio da normalidade e legitimidade das eleições .....	49
10.	Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral .....	50
<b>6</b>	<b>A JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>	<b>57</b>
1.	Tribunal Superior Eleitoral .....	58
2.	Tribunal Regional Eleitoral .....	60
3.	Juízes Eleitorais .....	63
4.	Junta Eleitoral .....	64
5.	Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa- -regulamentadora, julgadora e consultiva .....	65
<b>7</b>	<b>O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL .....</b>	<b>71</b>
1.	Introdução .....	71
2.	Procurador-Geral Eleitoral .....	73
3.	Procurador Regional Eleitoral .....	73
4.	Promotor Eleitoral .....	74
5.	Regulamentação do Ministério Público Eleitoral .....	75
<b>8</b>	<b>SISTEMAS ELEITORAIS .....</b>	<b>79</b>
1.	Sistema Majoritário .....	79
1.1.	Sistema majoritário de maioria simples ou relativa .....	80
1.2.	Sistema majoritário de maioria absoluta .....	80
2.	Sistema Proporcional .....	81
<b>9</b>	<b>NULIDADES .....</b>	<b>91</b>
1.	Introdução .....	91
2.	Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º, CE .....	94
3.	Do art. 16-A da LE .....	95
4.	Da nulidade da eleição: art. 224, CE .....	97

<b>10 DIREITO PARTIDÁRIO .....</b>	<b>107</b>
1. Introdução .....	107
2. Natureza jurídica do partido político e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário .....	108
3. Criação e registro e participação na eleição .....	109
3.1. Criação, registro e alterações estatutárias .....	109
3.2. Requisitos para participação na eleição .....	113
4. Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais .....	121
4.1. Liberdade de criação e autonomia .....	121
4.2. Preceitos constitucionais .....	127
4.2.1. Caráter nacional .....	127
4.2.2. Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes .....	127
4.2.3. Funcionamento parlamentar .....	128
4.2.4. Prestação de contas dos partidos políticos .....	128
4.2.5. Recursos do Fundo Partidário .....	132
4.2.6. Outros recursos .....	145
5. Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos .....	161
6. Coligação .....	164
7. Federação partidária .....	167
8. Cláusula de barreira .....	171
9. Fidelidade partidária .....	173
10. Competência .....	183
<b>11 DOS DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>185</b>
1. Introdução .....	185
2. Sufrágio e voto .....	191
3. Da capacidade eleitoral .....	193

<b>12 CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA</b> .....	<b>195</b>
1. Introdução .....	195
2. Alistamento eleitoral .....	199
3. Transferência .....	204
4. Segunda via .....	205
5. Cancelamento .....	205
6. Revisão do eleitorado .....	209
<b>13 CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA</b> .....	<b>213</b>
<b>14 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE</b> .....	<b>215</b>
1. Introdução .....	215
2. Nacionalidade brasileira (art. 14, § 3º, I, da CF) .....	216
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, § 3º, II, da CF) .....	218
3.1. Cancelamento da naturalização .....	219
3.2. Incapacidade civil absoluta .....	221
3.3. Condenação criminal transitada em julgado .....	223
3.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa .....	231
3.5. Improbidade administrativa .....	233
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF) .....	238
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF) .....	238
6. Filiação partidária (art. 14, § 3º, V, da CF) .....	240
7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF) .....	254
<b>15 CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE</b> .....	<b>259</b>
<b>16 INELEGIBILIDADE</b> .....	<b>261</b>
1. Introdução .....	261

2.	Breve nota acerca da elegibilidade .....	261
3.	Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade .....	262
4.	Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade .....	263
5.	O registro de candidatura: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico .....	264
6.	Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro .....	268
7.	Aspectos materiais da inelegibilidade .....	269
7.1.	Na Constituição Federal .....	272
7.2.	Na Lei Complementar nº 64/1990 .....	288
7.2.1.	Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/2010 .....	290
7.2.2.	Modificações relevantes da Lei Complementar nº 219/2025: o Requerimento de Declaração de Elegibilidade. ....	303
7.3.	Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90 ...	314
8.	Desincompatibilização .....	407
<b>17</b>	<b>INABILITAÇÃO .....</b>	<b>411</b>
<b>18</b>	<b>PROCESSO ELEITORAL .....</b>	<b>415</b>
<b>19</b>	<b>CONVENÇÃO PARTIDÁRIA .....</b>	<b>417</b>
1.	Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções .....	417
2.	Prazo de realização e deliberação .....	420
3.	Registro em livro e ata .....	425
4.	Candidatura nata .....	427
5.	Utilização de prédios públicos .....	428
<b>20</b>	<b>REGISTRO DE CANDIDATURA .....</b>	<b>429</b>

1.	Generalidades: natureza jurídica, rito, CANDIDATURA COLETIVA e pré-candidato vs. candidato .....	429
2.	Número de vagas e reserva por gênero .....	439
3.	Vagas remanescentes .....	445
4.	Prazo .....	446
5.	Documentos .....	447
6.	Diligências .....	455
7.	Substituição .....	455
8.	Homonímia .....	459
<b>21</b>	<b>PROPAGANDA POLÍTICA .....</b>	<b>463</b>
1.	Introdução .....	463
2.	Propaganda partidária .....	465
2.1.	Da propaganda partidária gratuita .....	466
3.	Propaganda intrapartidária .....	471
4.	Propaganda eleitoral .....	472
4.1.	Introdução: noções gerais .....	472
4.2.	Prazo inicial da propaganda eleitoral .....	479
4.3.	Propaganda extemporânea ou antecipada .....	480
4.4.	Promoção pessoal e propaganda eleitoral .....	483
4.5.	Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE .....	483
4.5.1.	Art. 36-A, inciso I, da LE .....	498
4.5.2.	Art. 36-A, inciso II, da LE .....	499
4.5.3.	Art. 36-A, inciso III, da LE .....	500
4.5.4.	Art. 36-A, inciso IV, da LE .....	501
4.5.5.	Art. 36-A, inciso V, da LE .....	502
4.5.6.	Art. 36-A, inciso VI, da LE .....	503
4.5.7.	Art. 36-A, inciso VII, da LE .....	504

4.6.	Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular .....	504
4.7.	Poder de polícia .....	512
4.8.	Modalidades de propaganda eleitoral .....	522
4.8.1.	Propaganda em <i>outdoors</i> .....	522
4.8.2.	Propaganda em bens particulares .....	524
4.8.3.	Propaganda em bens públicos .....	527
4.8.4.	Propaganda nas dependências do Poder Legislativo .....	536
4.8.5.	Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado .....	537
4.8.6.	Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios .....	537
4.8.7.	Showmícios .....	539
4.8.8.	Propaganda mediante panfletagem .....	543
4.8.9.	Propaganda eleitoral na imprensa escrita .....	545
4.8.10.	Propaganda eleitoral no rádio e televisão .....	552
4.8.11.	Debates .....	558
4.8.12.	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão .....	561
4.8.13.	Propaganda eleitoral na internet .....	580
4.8.14.	Propaganda eleitoral no dia da eleição .....	620
<b>22</b>	<b>DIREITO DE RESPOSTA .....</b>	<b>621</b>
<b>23</b>	<b>PESQUISAS ELEITORAIS .....</b>	<b>629</b>
<b>24</b>	<b>FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS .....</b>	<b>641</b>
1.	Introdução .....	641
2.	Da arrecadação .....	643
2.1.	Despesas de campanha. Responsabilidade .....	643

2.2.	Administração financeira da campanha. Informações financeiras e contábeis. Responsabilidade .....	644
2.3.	Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções .....	645
2.4.	Comitês financeiros .....	647
2.5.	Conta bancária específica .....	647
2.6.	Arrecadação de recursos financeiros de campanhas .....	650
2.7.	Doações de recursos financeiros: formas legais .....	669
2.8.	Recibo eleitoral .....	672
2.9.	Doações: limites legais e representação por descumprimento .....	673
2.10.	Arrecadação de recursos de campanha. Prazos .....	678
2.11.	Fontes vedadas: art. 24 da LE .....	680
2.12.	Recursos de origem não identificada .....	681
2.13.	Gastos eleitorais: art. 26 da LE .....	682
2.14.	Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE .....	689
2.15.	Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE .....	692
2.16.	Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido .....	694
3.	Prestação de contas .....	695
3.1.	Introdução e princípios do processo de prestação de contas .....	695
3.2.	Dos obrigados a prestar contas .....	696
3.3.	A prestação de contas parcial na internet .....	697
3.4.	Dispensa de comprovação na prestação de contas .....	699
3.5.	Da assunção de débitos pelos partidos políticos .....	700
3.6.	O prazo de encaminhamento da prestação de contas .....	702
3.7.	A prestação de contas simplificada .....	703
3.8.	O processo de prestação de contas .....	704

3.9.	O julgamento da prestação de contas .....	705
3.10.	Da sobra de recursos financeiros .....	711
<b>25</b>	<b>ELEIÇÃO .....</b>	<b>713</b>
1.	Introdução .....	713
2.	Garantias eleitorais .....	713
3.	Lei seca .....	715
4.	Dia da eleição e abertura do comércio .....	716
5.	Requisição da força federal .....	717
6.	Atos preparatórios das eleições .....	717
6.1.	Local de votação .....	717
6.2.	Seções eleitorais .....	718
6.3.	Mesa receptora .....	718
6.4.	Votação .....	720
6.5.	Apuração .....	724
6.6.	Proclamação dos resultados .....	725
<b>26</b>	<b>DIPLOMAÇÃO .....</b>	<b>727</b>
1.	Diplomação .....	727
2.	Posse .....	730
<b>27</b>	<b>CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL .....</b>	<b>731</b>
1.	Introdução .....	731
1.1.	Breves observações sobre os procedimentos eleitorais e o art. 96-B da Lei nº 9.504/1997 .....	739
1.2.	Súmula-TSE nº 62 .....	745
1.3.	Art. 23 da LC nº 64/1990 .....	746
1.4.	Dos abusos não tipificados .....	748

1.5.	O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais .....	750
1.6.	A aplicação subsidiária do CPC em matéria eleitoral .....	753
1.7.	Instrumentos consensuais na esfera eleitoral. ....	756
2.	Ação de impugnação ao registro de candidatura – AIRC .....	759
2.1.	Introdução .....	759
2.2.	Objetivo .....	760
2.3.	Competência .....	760
2.4.	Prazo para o ajuizamento .....	760
2.5.	Preclusão .....	761
2.6.	Legitimidade, litisconsórcio e assistência .....	762
2.7.	Capacidade Postulatória .....	770
2.8.	Questões procedimentais .....	771
2.8.1.	Petição Inicial .....	771
2.8.2.	Contestação .....	771
2.8.3.	Julgamento antecipado da lide ou instrução .....	773
2.8.4.	Alegações .....	775
2.8.5.	Sentença .....	776
2.8.6.	Recurso .....	784
3.	Recurso contra expedição do diploma – RCED .....	789
3.1.	Fundamento legal .....	789
3.2.	Objetivo .....	789
3.3.	Prazo .....	790
3.4.	Hipóteses de cabimento .....	790
3.4.1.	O RCED na concepção originária do Código Eleitoral .....	790
3.4.2.	O RCED e a Lei nº 12.891/2013 .....	791
3.5.	A prova pré-constituída .....	798
3.6.	Competência e procedimento .....	798

3.7.	Legitimidade .....	799
3.8.	Efeitos .....	801
4.	Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE .....	801
4.1.	Considerações iniciais e fundamento legal .....	801
4.2.	Hipóteses de cabimento .....	803
4.3.	Competência .....	811
4.4.	Procedimento .....	812
4.5.	Bem jurídico .....	830
4.6.	Prazo de ajuizamento .....	834
4.7.	Legitimidade .....	836
4.8.	Sanções .....	842
4.9.	Recurso e efeitos .....	847
5.	Ação de impugnação de mandato eletivo – AIME .....	851
5.1.	Fundamento legal, autoaplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé .....	851
5.2.	Objetivo .....	854
5.3.	Hipóteses de cabimento .....	854
5.4.	Preclusão .....	862
5.5.	Bem Jurídico .....	862
5.6.	Legitimidade .....	864
5.7.	Competência .....	866
5.8.	Procedimento .....	866
5.9.	Sanções .....	870
5.10.	Recursos e efeitos .....	871
6.	Captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da LE) .....	872
6.1.	Fundamento legal .....	872
6.2.	Conceito: elementos de configuração .....	872
6.3.	Legitimados ativos .....	879
6.4.	Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta) .....	879

6.5.	Lapso de incidência da norma (e da ação) .....	881
6.6.	Procedimento e bem jurídico tutelado .....	882
6.7.	Competência .....	884
6.8.	Sanções .....	884
6.9.	Recurso: prazo e efeitos .....	886
7.	Conduitas vedadas .....	887
7.1.	Introdução .....	887
7.2.	Bem jurídico .....	888
7.3.	Legitimados .....	889
7.4.	Competência .....	892
7.5.	Sanções .....	892
7.6.	Procedimento .....	897
7.7.	Recurso: prazo e eficácia .....	898
7.8.	Lapso de ajuizamento da representação .....	899
7.9.	Lapso temporal de incidência das hipóteses legais .....	900
7.10.	As hipóteses materiais do art. 73 da Lei n° 9.504/1997 .....	902
7.11.	A hipótese material do art. 74 da Lei n° 9.504/1997 .....	954
7.12.	A hipótese material do art. 75 da Lei n° 9.504/1997 .....	956
7.13.	A hipótese material do art. 77 da Lei n° 9.504/1997 .....	957
8.	Captação e gastos ilícitos eleitorais .....	960
8.1.	A representação pelo art. 30-A da LE .....	960
8.2.	Hipóteses de cabimento .....	961
8.3.	Para fins eleitorais .....	970
8.4.	A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de con- tas .....	971
8.5.	Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator ....	973
8.6.	Procedimento e competência .....	976
8.7.	Prazo de ajuizamento .....	977
8.8.	Legitimados .....	980

8.9.	Sanções .....	981
8.10.	Recurso: prazo e efeitos .....	982
9.	Ação rescisória eleitoral .....	983
9.1.	Introdução .....	983
9.2.	Hipóteses de cabimento .....	984
9.3.	Constitucionalidade .....	986
9.4.	Competência, prazo, procedimento e legitimidade .....	986
<b>28</b>	<b>RECURSOS .....</b>	<b>989</b>
1.	Introdução .....	989
2.	Dos efeitos dos recursos eleitorais .....	989
3.	Do prazo dos recursos eleitorais .....	990
4.	Da prevenção .....	992
5.	Do prejudicado .....	993
6.	Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas .....	993
7.	Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais .....	994
8.	Dos embargos de declaração .....	996
9.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral .....	998
10.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral .....	1002
<b>29</b>	<b>DA EXECUÇÃO DE NATUREZA CÍVEL ELEITORAL .....</b>	<b>1005</b>
1.	Introdução .....	1005
2.	A Res.-TSE nº 23.709/2022 .....	1007
<b>30</b>	<b>DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL ELEITORAL .....</b>	<b>1015</b>
1.	Crimes eleitorais: generalidades .....	1015
1.1.	Crimes eleitorais: conceito e bem jurídico .....	1017
1.2.	Crimes eleitorais: natureza jurídica .....	1017
2.	Competência .....	1018

2.1.	Aspectos gerais .....	1018
2.2.	Conexão .....	1019
2.2.1.	Crime eleitoral e crime federal .....	1020
2.2.2.	Crime eleitoral e crime militar .....	1022
2.2.3.	Crime eleitoral e crime doloso contra a vida .....	1023
2.3.	O Juiz das Garantias no Direito Eleitoral .....	1023
2.4.	Prerrogativa de foro .....	1026
2.5.	Ato infracional eleitoral .....	1036
2.6.	Crimes em “ambiente eleitoral” .....	1037
3.	Os institutos despenalizadores no direito penal eleitoral: a transação penal, a suspensão condicional do processo e o acordo de não persecução penal .....	1037
4.	O princípio da insignificância nos crimes eleitorais .....	1040
5.	Aplicação subsidiária do Código Penal nos crimes eleitorais .....	1042
6.	Localização dos crimes eleitorais .....	1042
7.	Classificação e divisão dos crimes eleitorais .....	1043
8.	Conceito de funcionário público .....	1044
9.	A pena mínima abstrata genérica .....	1046
10.	Causas de agravação e atenuação em limites expressos .....	1046
11.	As espécies de penas dos crimes eleitorais .....	1048
12.	Crimes eleitorais e Lei de Imprensa .....	1051
13.	Imunidade eleitoral .....	1052
13.1.	Da audiência de custódia nos crimes eleitorais .....	1056
13.2.	Da prisão cautelar nos crimes eleitorais .....	1057
14.	Da gravação ambiental como meio de prova nos ilícitos eleitorais .....	1059
15.	Crime eleitoral e responsabilidade penal do diretório do partido político .....	1062
16.	Procedimento penal eleitoral .....	1064
16.1.	Generalidades .....	1064

16.2.	Polícia judiciária eleitoral .....	1065
16.3.	Ação penal eleitoral .....	1068
16.3.1.	O arquivamento do inquérito policial eleitoral ....	1069
16.4.	Procedimento para os crimes apurados perante o Juiz Eleitoral .....	1072
16.4.1.	Da denúncia .....	1074
16.4.2.	Da apresentação de defesa .....	1078
16.4.3.	Da instrução e do depoimento pessoal .....	1080
16.4.4.	Das alegações finais .....	1082
16.4.5.	Da sentença e dos recursos .....	1083
16.5.	Procedimento para os crimes de competência originária dos tribunais .....	1087
<b>31</b>	<b>CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE .....</b>	<b>1093</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1233</b>